



PETROLINA-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO

PROFESSOR - FUNDAMENTAL E ANOS
INICIAIS E FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA

EDITAL Nº 001/2025

CÓD: SL-127OT-25
7908403582983

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e Interpretação de textos	7
2. Aspectos semânticos do vocabulário da língua (noções de polissemia, sinonímia e antonímia)	7
3. Relações coesivas e semânticas (de causalidade, temporalidade, finalidade, condicionalidade, finalidade, comparação, oposição, adição, conclusão, explicação, entre outros.) entre orações, períodos ou parágrafos, indicados pelos vários tipos de expressões conectivas ou sequenciadores (conjunções, preposições, advérbios, entre outros.).....	8
4. Expressão escrita: divisão silábica	9
5. Ortografia.....	9
6. Acentuação (Reforma Ortográfica Vigente)	13
7. Pronomes de tratamento.....	14
8. Normas da flexão dos verbos regulares e irregulares	14
9. Formação de Palavras: Derivação, Composição, Hibridismo, etc; Traços semânticos de radicais, prefixos e sufixos	16
10. Efeitos de sentido decorrentes do emprego expressivo dos sinais de Pontuação.....	19
11. Padrões de concordância verbal e nominal	20
12. Padrões de regência verbal e nominal	22
13. Emprego do sinal indicador de crase	22

Conhecimentos Gerais

1. Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos e sociais do município de Petrolina-PE e do Estado de Pernambuco.....	29
2. Mudanças Climáticas	40
3. Lei nº 13.146/15 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).....	41
4. Novas tecnologias da informação e comunicação	59
5. Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente	64
6. Lei nº 12.288/10 - Estatuto da Igualdade Racial	104
7. Lei Municipal nº 301/1991 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Petrolina.....	111

Conhecimentos Específicos Professor - Ensino Fundamental – Matemática

1. Lei nº 10.793/2003: obrigatoriedade da Educação Física na Educação Básica e suas implicações legais.....	131
2. O Ensino de Educação Física e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais, específicas e objetos de conhecimento	135
3. Abordagens pedagógicas da Educação Física: desenvolvimentista, construtivista, crítico-superadora, saúde renovada, psicomotricidade, entre outras.....	136
4. Planejamento, ensino e avaliação em Educação Física Escolar: práticas pedagógicas, intencionalidade educativa e instrumentos avaliativos	145
5. Esporte na escola: conceito, objetivos, valores e limites do esporte educacional no processo de ensinoaprendizagem...	146

ÍNDICE

6. O treinamento esportivo no contexto escolar: princípios, limites e adequações pedagógicas para crianças e adolescentes	147
7. Desenvolvimento das habilidades motoras, físicas e psicológicas na infância e adolescência: fases do desenvolvimento motor e intervenções pedagógicas	152
8. Jogos e brincadeiras como conteúdo pedagógico da Educação Física: ludicidade, socialização e aprendizagem	153
9. Dança na Educação Física: manifestações culturais, expressão corporal e desenvolvimento da consciência corporal.....	154
10. Ginástica na escola: ginástica geral, de condicionamento físico e rítmica no contexto da Educação Física escolar	155
11. Lutas na escola: fundamentos, aspectos culturais e educativos das práticas corporais de combate	156
12. Esportes coletivos e individuais: ensino, regras adaptadas, inclusão e pedagogia do jogo	158
13. Inclusão e acessibilidade nas aulas de Educação Física: estratégias e adaptações para estudantes com deficiência e necessidades específicas.....	161
14. Corpo, cultura e movimento: diversidade corporal, identidade, gênero e práticas corporais na escola	166
15. Ética profissional, responsabilidade e postura docente na Educação Física Escolar	167
16. Fundamentos da Educação	172
17. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas	178
18. A didática e o processo de ensino/aprendizagem: planejamento, estratégias, metodologias e avaliação da aprendizagem	179
19. As teorias do currículo	180
20. Os conhecimentos socioemocionais no currículo escolar	182
21. Educação para as relações étnico-raciais	184
22. Constituição Federal de 1988 (Artigo nº 205 ao nº 214)	185
23. LDBEN, atualizada - Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	189
24. Projeto político-pedagógico	208

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

ASPECTOS SEMÂNTICOS DO VOCABULÁRIO DA LÍNGUA (NOÇÕES DE POLISSEMIA, SINONÍMIA E ANTONÍMIA)

No estudo da semântica, as palavras podem ser classificadas de acordo com as relações de sentido que estabelecem entre si. Essas relações são fundamentais para a construção de significados e para a clareza na comunicação. Entre as principais relações de sentido, destacam-se a sinonímia e a antonímia.

► Sinonímia

A sinonímia refere-se à relação entre palavras que possuem significados semelhantes ou próximos. Palavras sinônimas podem ser usadas de forma intercambiável em diferentes contextos, embora nuances de sentido ou grau de formalidade possam variar entre elas. Um exemplo clássico de sinonímia é a relação entre “inteligente” e “esperto”, onde ambas as palavras denotam alguém com rapidez de raciocínio ou habilidade para resolver problemas.

Vale notar, entretanto, que o uso de sinônimos deve considerar o contexto para evitar distorções de sentido. Mesmo que duas palavras sejam sinônimas, uma pode ser mais adequada em um ambiente formal, enquanto outra pode ter um tom mais coloquial ou específico.

► Antonímia

Por outro lado, a antonímia estabelece uma relação de oposição entre palavras, ou seja, são palavras que têm significados contrários. A compreensão dos antônimos é essencial para a formação de contrastes e oposição de ideias no discurso. Por exemplo, “forte” e “fraco” são antônimos que expressam conceitos opostos de intensidade física ou resistência.

Assim como na sinonímia, é importante estar atento às variações de uso dos antônimos, pois alguns termos podem ter oposição mais direta ou abrangente que outros, dependendo do contexto. O uso adequado de antônimos permite uma comunicação mais precisa e um melhor entendimento das ideias que se quer expressar.

► Polissemia

A polissemia ocorre quando uma palavra apresenta mais de um significado, dependendo do contexto em que é utilizada. É um fenômeno comum na língua portuguesa e em muitas outras línguas, permitindo que uma única palavra se ajuste a diferentes situações comunicativas. Por exemplo, a palavra “cabeça” pode ser usada para se referir tanto à parte do corpo humano (“Ela machucou a cabeça”) quanto ao líder de um grupo (“Ele é a cabeça da equipe”).



AMOSTRA

Esse fenômeno enriquece a língua, mas também exige do leitor ou ouvinte a capacidade de interpretar corretamente o sentido da palavra conforme o contexto. Na literatura, a polissemia é frequentemente explorada para criar camadas de significados, permitindo interpretações múltiplas e sofisticadas de textos.

RELAÇÕES COESIVAS E SEMÂNTICAS (DE CAUSALIDADE, TEMPORALIDADE, FINALIDADE, CONDICIONALIDADE, FINALIDADE, COMPARAÇÃO, OPOSIÇÃO, ADIÇÃO, CONCLUSÃO, EXPLICAÇÃO, ENTRE OUTROS.) ENTRE ORAÇÕES, PERÍODOS OU PARÁGRAFOS, INDICADOS PELOS VÁRIOS TIPOS DE EXPRESSÕES CONECTIVAS OU SEQUENCIADORES (CONJUNÇÕES, PREPOSIÇÕES, ADVÉRBIOS, ENTRE OUTROS.)

A coesão é um dos elementos fundamentais que garantem a fluidez e a clareza de um texto. Ela se refere aos mecanismos linguísticos que estabelecem a ligação entre as partes de um texto, proporcionando uma sequência lógica e clara entre as ideias. Um texto coeso é aquele em que os elementos se conectam de maneira eficiente, sem rupturas no sentido, permitindo que o leitor siga o raciocínio do autor de forma linear e compreensível.

Existem vários mecanismos de coesão que ajudam a estabelecer essas relações dentro do texto. Entre os principais estão a referência, a substituição, a elipse e a repetição. Esses recursos garantem que as informações no texto se relacionem entre si, evitando a necessidade de repetir palavras ou expressões de forma desnecessária e contribuindo para a economia e elegância do discurso.

► **Referência**

A referência é um dos recursos mais comuns de coesão textual e ocorre quando um elemento do texto remete a outro, seja dentro do próprio texto (referência endofórica) ou fora dele (referência exofórica). A referência permite evitar repetições desnecessárias, mantendo a continuidade do discurso. Esse mecanismo é fundamental para a compreensão do texto, pois evita ambiguidades e cria uma conexão clara entre as informações.

Existem três tipos principais de referência:

► **Referência Anafórica**

A referência anafórica é quando uma palavra ou expressão faz referência a um termo mencionado anteriormente no texto. É o caso dos pronomes pessoais e demonstrativos que retomam um substantivo já citado.

▪ **Exemplo:** “João comprou um carro novo. Ele está muito satisfeito com a compra.” (Os pronomes “ele” e “a compra” referem-se a “João” e “carro”, respectivamente.)

► **Referência Catafórica**

A referência catafórica ocorre quando um elemento faz referência a algo que ainda será mencionado no texto. Nesse caso, a referência antecipa a informação, criando uma expectativa no leitor.

▪ **Exemplo:** “Foi assim: ela entrou na sala e começou a gritar. Maria estava desesperada.” (O pronome “ela” antecipa a menção de “Maria”.)

► **Referência Exofórica**

A referência exofórica é quando um elemento do texto faz referência a algo fora do texto, ou seja, a algo que o leitor ou interlocutor conhece por meio do contexto externo.

▪ **Exemplo:** “Pegue aquilo para mim, por favor.” (O pronome “aquilo” faz referência a algo presente no contexto extratextual, mas que não está mencionado no texto.)

► **Substituição**

A substituição é um mecanismo coesivo em que um elemento do texto é substituído por outro, evitando a repetição de uma palavra ou expressão. A substituição pode ser realizada por pronomes, advérbios ou outras palavras que têm a função de substituir termos já mencionados ou que serão mencionados.

Assim como a referência, a substituição contribui para a economia do texto e para a manutenção da coesão. _SL

Existem diferentes tipos de substituição:

► **Substituição Nominal**

Na substituição nominal, um substantivo ou expressão nominal é substituído por um pronome ou outro termo que o represente.

Exemplo: “Gostei muito deste livro. Vou levar este.” (O pronome demonstrativo “este” substitui “livro”.)

► **Substituição Verbal**

Na substituição verbal, um verbo ou expressão verbal é substituído por outro termo que tem a mesma função, geralmente usando um verbo auxiliar como “fazer”.

Exemplo: “Maria cantou muito bem ontem. E hoje ela voltou a fazer o mesmo.” (O verbo “fazer” substitui a ação “cantar”.)

► **Substituição Frasal**

Aqui, uma oração inteira ou parte dela é substituída por uma expressão que resume o sentido da oração anterior.

Exemplo: “Ele queria sair mais cedo. Isso foi o que ele disse.” (O pronome “isso” substitui a frase “Ele queria sair mais cedo.”)

► **Elipse**

A elipse é um recurso coesivo em que um termo ou expressão é omitido, mas pode ser facilmente identificado pelo contexto. A elipse permite a omissão de informações que já foram mencionadas ou que são subentendidas, evitando a repetição desnecessária e tornando o texto mais fluido e econômico.

A elipse é particularmente comum em diálogos e em textos mais informais, onde a repetição de certas palavras pode ser desnecessária. É importante que o contexto forneça informações suficientes para que o termo omitido seja compreendido pelo leitor.



CONHECIMENTOS GERAIS

ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS, INSTITUCIONAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE E DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Formação territorial de Pernambuco

Processos de formação

*Pernambuco: Uma terra ativa, de muitos movimentos nativistas que tiveram impacto histórico determinante para o Brasil.*¹

O Início

Em 1501, quando a expedição do navegador Gaspar de Lemos fundou feitorias no litoral da colônia portuguesa, na recém descoberta América, teve início o processo de colonização de Pernambuco, uma das primeiras áreas brasileiras a ter ativa colonização portuguesa.

Entre os anos de 1534 e 1536, Dom João III, então rei de Portugal, instalou o sistema de Capitanias Hereditárias no Brasil, que consistia na doação de um lote de terras, chamado Capitania, a um Donatário (português), a quem caberia explorar, colonizar as terras, fundar povoados, arrecadar impostos e estabelecer as regras do local. Dentre os primeiros 14 lotes distribuídos por D. João III estava a Capitania de Pernambuco, ou Capitania de Nova Lusitânia, como seu Donatário, Duarte Coelho, a batizou. Dessa forma, em 1535, Duarte Coelho se estabeleceu no local onde fundou a vila de Olinda e espalhou os primeiros engenhos da região. Até então, os ocupantes do território eram os índios Tabajaras.

A Colônia

No período colonial, Pernambuco torna-se um grande produtor de açúcar e durante muitos anos é responsável por mais de metade das exportações brasileiras. Pernambuco torna-se a mais promissora das capitanias da Colônia Portuguesa na América. Tal prosperidade chamou a atenção dos holandeses, que, entre 1630 e 1654, ocuparam toda a região, sob o comando da Companhia das Índias Ocidentais, tendo como representante o Conde Mauricio de Nassau, que por ter incendiado Olinda, estabeleceu-se no Recife, fazendo-a capital do Brasil holandês. Nassau traz para Pernambuco uma forma de administrar inovadora. Realiza inúmeras obras de urbanização, amplia a lavoura da cana e assegura a liberdade de culto.

No período holandês, é fundada no Recife a primeira sinagoga das Américas. Amante das artes, Nassau tem na sua equipe inúmeros artistas, como Frans Post e Albert Eckhout, pioneiros na documentação visual da paisagem brasileira e do cotidiano dos seus habitantes.

A partir de 1645 teve início um movimento de luta popular contra o domínio holandês de Pernambuco: a Insurreição Pernambucana. A primeira vitória importante dos insurretos se deu no Monte das Tabocas, hoje localizado no município de Vitória de Santo Antão, onde 1.200 insurretos mazombos munidos de armas de fogo, foices, paus e flechas derrotaram numa emboscada 1.900 holandeses bem armados e bem treinados. Foram quase 10 anos de conflito, com destaque para as duas Batalhas de Guararapes, até que em janeiro de 1654 os holandeses se renderam. O movimento foi um marco importante para o Brasil, tanto militarmente, com a consolidação das táticas de guerrilha e emboscada, quanto sócio politicamente, com o aumento da miscigenação entre as três raças (negro africano, branco europeu e índio nativo) e o começo de um sentimento de nacionalidade.

A ocupação dos holandeses fez Recife prosperar, onde se estabeleceram muitos comerciantes e mascates, enquanto Olinda continuava a ser o reduto dos senhores de engenho. Devido a divergências quanto à demarcação de novas vilas, em 1710, os moradores de Olinda invadem o Recife, dando início a chamada Guerra dos Mascates. O líder da ocupação, Bernardo Vieira de Melo entrou para a história quando sugeriu que Pernambuco se tornasse uma república. Essa foi a primeira vez que se falou em república no país. O conflito só terminou com a chegada, em 1711, do novo governador da região.

O Império

Em 1817, Pernambuco tentou proclamar-se independente de Portugal, mas o movimento foi derrotado. A Revolução Praieira, em 1848, questionava o regime monárquico, e já pregava a República. Joaquim Nabuco, um dos maiores símbolos do Abolicionismo, iniciou a pregação das ideias no Recife. Os pernambucanos se orgulham de sua participação ativa na História do Brasil, sempre mantendo altos ideais libertários.

A República

Com o advento da República, Pernambuco procura ampliar sua rede industrial, mas continua marcado pela tradicional exploração do açúcar. O Estado moderniza suas relações trabalhistas e lidera movimentos para o desenvolvimento do Nordeste, como no momento da criação da Sudene. A partir de meados da década de 60, Pernambuco começa a reestruturar sua economia, ampliando a rede rodoviária até o sertão e investindo em polos de investimento no interior do Estado. Na última década, consolidam-se os setores de ponta da economia

¹ Governo do Estado de Pernambuco. História. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/conheca/historia/>. Acesso em: Março/2016.



AMOSTRA

pernambucana, sobretudo aqueles atrelados ao setor de serviços (turismo, informática, medicina) e estabelece-se uma tendência constante de modernização da administração pública.

Aspectos Geográficos de Pernambuco

Mesorregiões



Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=mesorregioes+de+pernambuco&sa=X&esp-v=2&biw=1366&bih=667&tbm=isch&tbo=u&source=univ&ved=0ahUKEwi3pLa8isDLAhXFQpAKHdHNDHIQsAQIKw#imgsrc=IRc6U37CU6GDJM%3A>.

A divisão geopolítica de uma região dá-se pela influência socioeconômica das atividades de sua população.

Conferindo o mapa, podemos perceber que **Pernambuco está organizado em 5 Mesorregiões:**

- Metropolitana do Recife;
- Zona da Mata;
- Agreste de Pernambuco;
- Sertão Pernambucano;
- São Francisco.

Mesorregião do São Francisco

A mesorregião do São Francisco Pernambucano é formada por duas microrregiões e abrange 15 municípios.

Petrolina é a capital regional dessa mesorregião, que além de possuir um importante porto fluvial e um aeroporto internacional para exportações, é um polo agroindustrial, financeiro e comercial.

Localiza-se no centro sul do estado de Pernambuco. Faz divisa com os estados do Piauí, Bahia e Alagoas.

A mesorregião é circundada pela margem esquerda do Rio São Francisco, o qual faz divisa natural com o Estado da Bahia.

Graças ao rio, a região apresenta uma desenvolvida agricultura irrigada, a qual põe Pernambuco como um dos maiores produtores e exportadores de frutas do país.

A vegetação nativa é composta por Caatinga.

Mesorregião do Sertão Pernambucano

É formada pela união de 50 municípios distribuídos em quatro microrregiões.

Essa mesorregião é a menos densamente habitada de Pernambuco.

Suas maiores cidades são Serra Talhada, Araripina e Arcoverde.

A mesorregião é cortada por rios abundantes, como rio Pajeú, rio Brígida e o rio Moxotó. Além de as nascentes do rio e Ipojuca se localizar em uma serra do município de Arcoverde.

Sua vegetação é composta pela Caatinga, com árvores de médio porte, arbustos e estepe. Sua fauna é rica principalmente em aves.

Mesorregião do Agreste Pernambucano

É formada pela união de 71 municípios distribuídos em seis microrregiões.

Estende-se por uma área aproximada de 24 400 km², inserida entre a Zona da Mata e o Sertão.

Representa 24,7% do território pernambucano e conta com uma população de cerca de 1,8 milhão de habitantes (um quarto da população do estado).

Geologicamente a região está situada sobre o Planalto do Borborema em uma altitude média entre 400 a 800 metros, sendo que em alguns pontos como nas microrregiões de Garanhuns e do Ipojuca, as altitudes podem chegar 1000 metros.

A região está inserida na área de abrangência do Polígono das Secas, mas apresentando, um tempo de estiagem menor que a do sertão, devido a sua proximidade do litoral. Os índices pluviométricos podem variar em cada microrregião.

A região está situada em parte no planalto da Borborema, o que confere à região um clima mais ameno em relação ao semiárido e com maior índice pluviométrico. A região apresenta estações do ano bem definidas, em comparação ao litoral e ao oeste pernambucano.

Mesorregião da Zona da Mata

É formada pela união de 43 municípios distribuídos em três microrregiões.

As cidades mais importantes por microrregião são:

Na microrregião da Vitória de Santo Antão: Vitória de Santo Antão;

Na microrregião da Mata Setentrional Pernambucana (Zona da Mata Norte): Goiana, Carpina, Timbaúba e Paudalho;

Na microrregião da Mata Meridional Pernambucana (Zona da Mata Sul): Palmares, Escada, Sirinhaém e Barreiros.

A Zona da Mata Pernambucana estende-se por uma área de 8.738 km², limitando-se ao norte com a Paraíba, ao sul com Alagoas, ao leste com a Região Metropolitana do Recife e ao oeste com o Agreste. Com uma população estimada em 1.193.661 habitantes.

A Zona da Mata foi a porta de entrada dos europeus em Pernambuco, pois antes de existir a Região Metropolitana do Recife, todas as cidades do leste pernambucano eram integrantes dessa mesorregião antes de vigorar a Lei Complementar número 14, que criou outra mesorregião. A região é servida pelas rodovias federais BR-232, BR-101 e BR-408. O nome "Zona da Mata" refere-se ao que os portugueses viram desde o litoral,

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor - Fundamental e Anos Iniciais e Finais

Educação Física

LEI Nº 10.793/2003: OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS IMPLICAÇÕES LEGAIS

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A Educação Física é parte integrante da formação dos estudantes na educação básica e, portanto, está inserida no conjunto de componentes curriculares previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996. Essa legislação define as bases que orientam o funcionamento da educação no Brasil e, entre seus diversos dispositivos, reconhece a importância da atividade física no processo educacional, assegurando que ela seja considerada parte essencial da formação global do aluno.

A LDB estabelece que o currículo da educação básica deve assegurar a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer meios para o desenvolvimento pleno do educando. A Educação Física, nesse sentido, é compreendida como uma área que contribui para a construção da cidadania, por meio do movimento corporal, das práticas esportivas, das brincadeiras e da compreensão crítica sobre o corpo e o mundo.

Segundo o artigo 26, parágrafo 3º da LDB, “a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar”. Isso significa que, em tese, ela deve ser parte obrigatória do currículo em todas as etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), exceto nos casos específicos que vierem a ser definidos em regulamentações posteriores, como veremos com a Lei nº 10.793 de 2003.

O objetivo da inserção da Educação Física na LDB vai além da prática esportiva. A proposta é que essa disciplina contribua para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo dos alunos. Trata-se de uma área que dialoga com a saúde, com a cultura corporal, com os valores sociais, como o respeito, a cooperação, a solidariedade e a superação de limites pessoais. Assim, ela não se resume a “atividades físicas” no sentido tradicional, mas busca promover uma educação integral.

Além disso, a LDB estabelece que a organização curricular deve respeitar as peculiaridades locais, culturais e sociais dos estudantes. Nesse aspecto, a Educação Física possui grande potencial para trabalhar com conteúdos relacionados à cultura local, jogos e brincadeiras tradicionais, danças regionais, esportes populares, entre outros. Ou seja, ela é um meio de valorização da diversidade cultural brasileira e de promoção da identidade dos sujeitos.

Outro ponto importante é que a LDB não determina um modelo único para a prática da Educação Física. Ela orienta que cada escola, por meio de seu projeto político-pedagógico, defina como

essa área será abordada, sempre considerando os princípios da proposta educacional da instituição, a realidade dos estudantes e os objetivos de aprendizagem.

Portanto, antes da Lei nº 10.793 de 2003, a LDB já reconhecia a importância da Educação Física como parte da formação integral do estudante. No entanto, havia margem para interpretações sobre sua obrigatoriedade em todas as fases e modalidades do ensino, o que acabava por gerar dúvidas e certa instabilidade quanto à sua presença nas escolas, especialmente no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Foi nesse contexto que a Lei nº 10.793 foi criada, como uma forma de detalhar e regulamentar as condições em que a Educação Física poderia ser facultativa, ajustando-se à realidade de diferentes perfis de estudantes.

O QUE MUDA COM A LEI Nº 10.793 DE 2003

A Lei nº 10.793, sancionada em 1º de dezembro de 2003, introduziu mudanças importantes na forma como a Educação Física é tratada dentro do currículo escolar, alterando diretamente o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). O principal objetivo dessa nova legislação foi regulamentar situações específicas em que a disciplina de Educação Física poderia deixar de ser obrigatória no ensino básico, especialmente no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Antes da promulgação dessa lei, havia um entendimento geral de que a Educação Física era obrigatória para todos os estudantes, em todas as etapas da educação básica. No entanto, esse modelo não considerava a diversidade de realidades dos alunos, como os que estudam à noite por estarem inseridos no mercado de trabalho, os que possuem limitações físicas ou ainda os que frequentam modalidades de ensino diferenciadas.

Com isso, a Lei nº 10.793 introduziu o seguinte texto ao parágrafo 3º do artigo 26 da LDB:

“A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, sendo sua prática facultativa:

- I - para o aluno que, em razão de condição específica de saúde, apresentando atestado médico, esteja dispensado da prática da disciplina;
- II - para o aluno que, na condição de trabalhador, esteja comprovadamente vinculado a jornada de trabalho;
- III - para o aluno que estiver prestando serviço militar ou em situação semelhante;
- IV - para o aluno maior de trinta anos de idade.”

Essa mudança foi significativa por estabelecer, de forma objetiva, quem poderia ser dispensado da prática da Educação Física. É importante destacar que a lei fala em “prática facultativa”, ou



AMOSTRA

seja, ela continua sendo um componente curricular obrigatório, mas a participação nas atividades práticas pode ser dispensada mediante as condições previstas na legislação.

► **Principais alterações trazidas pela Lei nº 10.793**

Flexibilização da obrigatoriedade da prática da disciplina:

A principal mudança foi permitir que alguns grupos de estudantes fossem dispensados das atividades práticas de Educação Física, o que representa um avanço no sentido de considerar as diferentes realidades dos educandos brasileiros. Isso evita que alunos em situação especial sejam prejudicados ou obrigados a participar de atividades físicas que não são compatíveis com suas condições pessoais, profissionais ou de saúde.

Valorização do direito de escolha em contextos específicos:

A lei não exclui a Educação Física do currículo, mas oferece opções para que os estudantes que se enquadrem nos critérios estabelecidos possam fazer essa escolha. Isso reforça a ideia de respeito à individualidade, à autonomia do aluno e à necessidade de adaptação do ensino às condições reais da população escolar.

Reforço à proposta pedagógica da escola:

A exigência de que a Educação Física esteja “integrada à proposta pedagógica da escola” reforça a necessidade de que essa disciplina não seja tratada como algo isolado, mas como parte do projeto educacional amplo. Isso significa que a Educação Física deve contribuir para os objetivos formativos da escola, mesmo que nem todos os alunos participem da prática.

Segurança jurídica para instituições e professores:

A regulamentação oferecida pela Lei nº 10.793 trouxe mais clareza e segurança para os profissionais da educação e para as escolas. Com critérios bem definidos, as instituições podem tomar decisões respaldadas na lei quanto à dispensa da prática da disciplina, evitando interpretações equivocadas ou desrespeito aos direitos dos alunos.

Possibilidades de adaptação curricular:

Mesmo quando o aluno está dispensado da prática, a escola pode desenvolver outras formas de participação no componente curricular, como estudos teóricos sobre esporte, corpo, movimento e saúde, garantindo que o aluno continue em contato com os conteúdos da área, mesmo sem realizar atividades físicas propriamente ditas.

► **Exemplo prático**

Um aluno do Ensino Médio noturno, com 17 anos, que trabalha durante o dia e apresenta declaração de vínculo empregatício pode ser dispensado da prática da disciplina, conforme o inciso II. No entanto, ele continua matriculado na disciplina e pode realizar atividades alternativas, como seminários, pesquisas, debates ou análises de conteúdos teóricos relacionados à Educação Física.

Portanto, a Lei nº 10.793 não retira a importância da Educação Física no processo educativo, mas ajusta sua obrigatoriedade à diversidade das situações encontradas nas escolas brasileiras. Ela valoriza a inclusão, a flexibilidade pedagógica e a adaptação do ensino às reais condições dos estudantes.

OBRIGATORIEDADE E FACULTATIVIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

A obrigatoriedade da Educação Física nas escolas brasileiras é um princípio estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.793 de 2003, esse princípio passou a considerar situações específicas em que a prática da disciplina pode ser facultativa.

Isso quer dizer que, embora a Educação Física continue sendo componente obrigatório no currículo da educação básica, há casos nos quais o aluno pode ser dispensado das atividades práticas, sem prejuízo acadêmico.

É importante distinguir dois aspectos fundamentais: a obrigatoriedade da disciplina no currículo escolar e a facultatividade da prática para determinados estudantes. A Educação Física continua fazendo parte do currículo de todas as etapas da educação básica, devendo constar nos planos de ensino, no projeto político-pedagógico e nas atividades escolares.

No entanto, a participação em suas atividades físicas pode ser flexibilizada, conforme os critérios definidos em lei.

► **A obrigatoriedade no currículo escolar**

A disciplina de Educação Física é obrigatória no currículo da educação básica, o que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Isso está previsto tanto na LDB quanto em normas complementares do Ministério da Educação. Todas as escolas devem garantir espaço para o desenvolvimento de atividades de Educação Física, com infraestrutura mínima, profissionais qualificados e planejamento pedagógico adequado.

Nesse contexto, a obrigatoriedade da disciplina significa que ela deve ser oferecida regularmente, com carga horária prevista, avaliação dos estudantes e integração com os demais componentes curriculares. Mesmo quando a prática é dispensada para determinados alunos, a escola não está autorizada a eliminar a disciplina do seu planejamento.

► **A prática facultativa: quem pode ser dispensado**

A Lei nº 10.793/2003 define quatro situações nas quais o aluno pode ser dispensado da prática das atividades físicas. Vamos detalhar cada uma delas a seguir:

Alunos com condição específica de saúde:

Quando o aluno apresenta uma condição de saúde que o impede de participar das aulas práticas, ele pode ser dispensado da atividade física mediante a apresentação de atestado médico. É fundamental que o documento seja atualizado e contenha a indicação clara da limitação, evitando dispensas genéricas. Essa é uma medida de proteção à saúde e ao bem-estar do estudante.

